



INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS
BACHARELADO EM HUMANIDADES

ANTONIO NILSON LOPES FILHO

PÓS-ABOLIÇÃO: INTEGRAÇÃO SOCIAL E TRABALHISTA DOS
ALFORRIADOS DO MUNICÍPIO DE REDENÇÃO

REDENÇÃO

2014

ANTONIO NILSON LOPES FILHO

Título:

PÓS-ABOLIÇÃO: INTEGRAÇÃO SOCIAL E TRABALHISTA DOS
ALFORRIADOS DO MUNICÍPIO DE REDENÇÃO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Humanidades e Letras da Universidade da Integração Internacional de Lusofonia Afro-brasileira, Campus Redenção-Ceará, como requisito parcial à conclusão do Curso de Graduação Bacharelado em Humanidades.

Orientador: Prof. Dr. Robério Américo do Carmo Souza

REDENÇÃO

2014

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Direção de Sistema Integrado de Bibliotecas da Unilab (DSIBIUNI)
Biblioteca Setorial Campus Liberdade
Catálogo na fonte
Bibliotecário: Gleydson Rodrigues Santos – CRB-3 / 1219

L85p Lopes Filho, Antonio Nilson.

 Pós-abolição: integração social e trabalhista dos alforriados do município de Redenção.
 / Antonio Nilson Lopes Filho. – Redenção, 2014.

 45 f.: il.; 30 cm.

 Monografia do curso do Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas do Instituto de Humanidade e Letras da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira – UNILAB.

 Orientador: Prof. Robério Américo do Carmo Souza.

 Inclui referências.

 1. Escravidão - Brasil - História. I. Título.

CDD 981.04

LOPES FILHO, Antonio Nilson.

Pós-Abolição: Integração social e trabalhista dos alforriados do município de Redenção. Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado como requisito parcial à conclusão do curso de Graduação em Humanidades, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB), Campus Redenção, realizada em 2014.

Aprovado em: ___/___/_____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Robério Américo do Carmo Souza – UNILAB (Orientador)

Prof. Dr. Fernando Afonso Ferreira Junior– UNILAB (Examinador)

Prof. Dr. Fábio Baqueiro Figueiredo - UNILAB (Examinador)

*Dedico a minha namorada Glauciane da
Silva Souza, por ter partido dela o tema
desta pesquisa e ter contribuído direta e
indiretamente para a efetivação do estudo.*

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus pela oportunidade de seguir a vida acadêmica, saúde e força para superar as dificuldades.

Aos meus familiares, em especial minha mãe e meu pai a quem devo parte do que tenho e do que sou, agradeço a dedicação e amor recebidos sempre pelo incentivo, e apoio incondicional.

A esta universidade, seu corpo docente, direção e administração que oportunizaram janela que hoje vislumbro um horizonte superior, pela acendrada confiança no mérito e ético aqui presente.

Ao Instituto de Humanidades e Letras que compartilhou para o meu progresso na universidade.

Ao coordenador do meu curso Maurílio Machado, que sempre esteve disposto a ajudar, nos incentivando persistir.

Ao meu orientador e professor Dr. Robério Américo do Carmo Souza, um grande amigo, pelo suporte no pouco tempo que lhe coube, pelas suas correções e incentivos.

A todos os meus professores, e aos professores do curso de Letras Vilmar, Ana Cristina, Sergio e Bruno, que tivemos contato na amizade, e são também responsáveis por eu estar concluindo esta etapa da minha vida, compartilhando a cada dia seus conhecimentos conosco.

Ao Fabio Paulino, diretor da DRCA (Diretoria de Registro e Controle Acadêmico) meu supervisor de PROBTI (Programa de Bolsas e Tecnologia da Informação), um grande amigo que sempre entendeu quando me ausentava para realizar pesquisa de campo, e que sempre nos ensinou que em primeiro lugar temos que escolher o conhecimento, e o valor de estudar.

Dentre outros, a Maria Soares Bandeira e Alexandre da Costa Roque, servidor da Secretaria de Cultura, por terem dedicado há mim tempo e me concedido às entrevistas que foram fundamentais para o andamento da minha pesquisa.

Aos meus companheiros de graduação, que participam da minha vida que sempre estiveram ao meu lado me apoiando e que estavam ali ao meu lado dando força, com palavras amigas nas horas difíceis, pelo auxílio nos trabalhos e dificuldades e principalmente por estarem comigo nesta caminhada tornando-a mais fácil e agradável. Em especial Anna Paula, Tibério, Syrlyane, Erika, Vânia, Valdelia, Mirla, Leticia, Luanisia, Marygidiane, Marcio, Geisa, Vagner, Waleska, Laudiano, Tamilton, Sandra, Olavo, e Gerson, que dividiram comigo os momentos de apreensão da vida universitária.

A alguns amigos desta instituição que trocamos muitas afinidades como o Deyvide, Romara, Fabiola Leiliane, Melissa, Cadu, Diego, Fabia, e Natan.

Aos meus irmãos da Igreja Padre Nonato, Rogerio, Marliene, Dona Odete, Hermeson, Natalia, Wellington, Romulo, Edvaldo, Sandra, Gerliene, Samia, Mary, que também me deram força.

A toda equipe da DRCA, setor da UNILAB que não existe tristeza e nem estresse é só alegria, de onde sou bolsista e onde encontrei verdadeiros amigos que muito me

ensinaram e que compreenderam a minha alegria de vencer mais uma etapa da minha vida.

E a todos que de alguma forma, contribuíram para o meu crescimento acadêmico.

Resumo

A manifestação abolicionista iniciada no Brasil culminou na abolição da escravatura em 13 de maio de 1888 em todo território imperial. Cinco anos antes da Lei Área, municípios da província do Ceará, já haviam alforriado seus cativos, a Villa de Acarape, hoje município de Redenção, alforriou seus escravos em janeiro de 1883. A abolição da escravidão não garantiu a integração social do negro na nova estrutura econômica e política do país, o negro, apesar de liberto legalmente, foi excluído socialmente. Depois das festas e comemorações da conquista da liberdade, os ex-escravos encontram-se novamente as margens da sociedade, tornaram-se um aglomerado de pessoas dispersas pela cidade. Redenção objeto deste estudo, conhecida por ter sido a primeira cidade brasileira a libertar seus escravizados, ainda não dispõe de documentos ou informação escrita a respeito da reintegração social dos alforriados redencionista. Este estudo pretende explorar a história da pós-abolição do município de Redenção, abordando dois aspectos principais: a forma como os negros libertos foram reintegrados a sociedade, identificando descendentes, e como os negros, mão de obra livre contribuiu para a atual formação social de Redenção. Durante o desenvolvimento da pesquisa, que abordou a realidade local e social, foi usado um arcabouço metodológico, baseado nos métodos e técnicas da metodologia qualitativa, ajustáveis a natureza do problema, e a análise das fontes.

Palavras-Chaves: Abolição; Pós-Abolição; Integração Social e Trabalhista;

Abstract

The abolitionist rally started in Brazil culminated in the abolition of slavery on May 13, 1888 around Imperial territory. Five years before the Law Area municipalities of the province of Ceara, had already freed their captives, Villa de Acarape today municipality of Redemption, freed their slaves in January 1883. Abolition of slavery did not ensure the social integration of the new black the black, although legally freed, economic and political structure of the country was excluded socially. After the festivities and celebrations of the victory of freedom, the former slaves are again the margins of society, became a cluster of people scattered around the city. Redemption of this study, known for being the first Brazilian city to free their slaves, still lacks documents or written information about the social reintegration of redencionista freed. This study aims to explore the history of post-abolition of the municipality of Redemption, addressing two main issues: how free blacks were reintegrated into society, identifying descendants, and as black, hand free work contributed to the current social formation redemption. During the development of research that addressed the local and social realities, we used a methodological framework based on the methods and techniques of qualitative methodology, the adjustable nature of the problem, and the analysis of sources.

Keywords: Abolition; Post-Abolition; Labourite and Social Integration;

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
Capítulo 1: BRASIL: DA ESCRAVIDÃO Á ABOLIÇÃO	14
1.1 Abolição no Ceará	19
1.2 Abolição na Villa de Acarape: o pioneirismo	25
Capítulo 2: A PÓS-ABOLIÇÃO: INTEGRAÇÃO TRABALHISTA E SOCIAL .	31
2.1 Integração Trabalhista	31
2.2 Integração Social	33
2.3 Pós-Abolição em Redenção: Integração social e trabalhista	36
2.3.1 Os emancipados em Redenção (Villa de Acarape)	37
CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
REFERENCIAS	43
ANEXOS	44

INTRODUÇÃO

Para se compreender a formação cultural e social de uma sociedade é indispensável investigar os seus processos históricos, abordando em especial sua composição sociocultural. A Formação da sociedade brasileira, como afirma Gilberto Freire, tem suas bases na miscigenação entre portugueses, nativos americanos e africanos. Os africanos e seus descendentes, escravizados e libertos, trabalharam para o sistema político português, contribuindo para o desenvolvimento econômico, social e cultural.¹

Perdidos os antigos padrões de identidade que existiam na África, o negro afro-brasileiro sentiu-se compelido a iniciar uma aventura de construir para si uma nova identidade cultural adaptando a própria cultura colonial.² O africano se tornou ladino e tornou seus filhos crioulos, assim eram chamados os negros nascidos no Brasil.

Surgiram então várias outras denominações, mulato, mestiço e pardo, construindo junto aos índios e europeus o povo brasileiro. Como afirma Ribeiro, todos nós, brasileiros, somos carne da carne daqueles pretos e índios suplicitados. Descendente de escravos e de senhores de escravos.³

Ser, negro por outro lado, é hoje uma diferença marcante nas sociedades modernas. Mas esta diferença tem também uma história. E em algum momento esta história foi obrigada a entrelaçar-se com a ideia desigual de escravidão para dar suporte a esse cruel regime de dominação que foi o escravismo colonial.⁴

O Estado reconhece a importância da população africana e afrodescendente na formação do país, confirma a existências de racismo antinegro no Brasil e se compromete a realização de políticas de ações afirmativas para o desenvolvimento sócio econômico desta população,⁵ no entanto, nos anos que se seguiram a abolição esta não era um aspecto significativo para a sociedade livre. De modo geral, a oposição entre escravidão e trabalho livre, e os paradigmas a transição e da substituição encarregam-se

¹ DAVIS, Darién J. Afro-Brasileiros hoje. São Paulo: Selo Negro, 2000, p. 23.

² BARROS, José D'Assunção. A construção social da cor: Diferença e desigualdade na formação da sociedade brasileira. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009, p. 48.

³ RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro: A formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das letras, 2006, p.120.

⁴ BARROS, José D'Assunção. Ibidem, p. 39.

⁵ SANTOS, Marlene Pereira dos. CUNHA JUNIOR, Henrique. População negra no Ceará e sua cultura. Revista África e Africanos – ano 3 - Nº 11, 2010, p. 2.

de afastar os ex-escravos da cena histórica.⁶

A manifestação abolicionista iniciada no Brasil em meados do séc. XIX culminou na abolição da escravatura em 13 de maio de 1888, cerca de quatro anos depois da redenção dos cativos na região nordeste. Em 1884 é abolida a escravidão na província do Ceará, no ano anterior algumas cidades e vilas da província já haviam alforriado seus cativos, a Villa de Acarape, hoje município de Redenção, alforriou seus escravos em janeiro de 1883, seguida de Fortaleza e Mossoró.

Redenção nasceu com o nome de Acarape, palavra indígena tupy etimologicamente formado por dois nomes *acará*: peixe *pé*: caminho das graças. Situado às margens do rio Pacoti, localizada no pé da serra, o pequeno povoado se tornou um núcleo com a criação de um posto de administração policial em 1842, depois de 26 anos tornou-se município denominado Vila de Acarape, independente de Baturité, ao qual era subordinado. De acordo com o IBGE atualmente o município tem uma população de aproximadamente 26.624 habitantes, e passou a se chamar Redenção, pela lei provincial nº 2167, de 17-08-1889.⁷

O município de Redenção objeto deste estudo, conhecida por ter sido a primeira cidade brasileira a libertar seus escravos, possui um acervo bastante limitado de fontes de documentos ou informação escrita precisas a respeito da reintegração social dos alforriados redencionista.

De povoado da província de Baturité á município com o nome de Redenção, a cidade tem hoje 190 anos de história, em grande parte desconhecida, ou perdida ao longo do tempo. A falta de registros escritos e mesmos orais limitaram os habitantes desse território, de quase dois séculos de povoamento, de conhecer suas origens e os aspectos sociais e históricos que permitiram a atual formação sociocultural da cidade.

O período pós-abolição não fugiu a regra, passados 131 anos da alforria dos últimos escravos do município, Redenção dispõe de poucos estudos de natureza, cultural, social, econômica e antropológica, que revelem os aspectos de sua historicidade. A cidade que entrou para história como a pioneira na abolição da escravatura, não se conhece, e conseqüentemente não é reconhecida.

⁶ LARA, Silvia Hunold. *Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil*. Proj. História, São Paulo, 1998, p. 33.

⁷ IBGE. *Cidades: Ceará, Redenção*. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php> Acesso em: 30 de jul. de 2014.

Grande parte dessa realidade se deve a sua condição de crescimento e desenvolvimento estagnada, onde o conformismo com a realidade local é evidente.

A história escrita da cidade se restringe ao fim da escravatura, não há informações claras a respeito da reintegração social dos alforriados. Neste ponto identifica-se a necessidade de uma pesquisa que levante dados tanto escritos como orais, que traga a conhecimento público os principais aspectos da formação social e cultural da população, que até então em sua grande maioria não se reconhece como afrodescendente ou mesmo negra, fato extremamente preocupante.

Entender a formação sociocultural da sociedade redencionista é uma necessidade evidente, um dos fenômenos mais comuns no mundo moderno talvez seja o contato interétnico, entendendo-se como tal as relações que têm lugar entre indivíduos e grupos de diferentes procedências “nacionais”, “raciais” ou “culturais”.⁸

Redenção tem todo um aparato histórico, que é em grande parte desconhecida por seus habitantes. É necessário o desenvolvimento de estudos aprofundados e contínuos que resultem na elucidação da historicidade do município, para que a população possa conhecer melhor seu presente a partir das relações sociais do passado.

O desenvolvimento de um estudo desta natureza, que trará ao conhecimento público, a contribuição da comunidade escravizada, posteriormente liberta, além de inédito, traz consigo um sentido político de afirmação pessoal.

Estudar o processo de construção histórica do município de Redenção, contemplando o período pós-abolição, reconhecendo a contribuição dos alforriados que permaneceram no município, para a construção da sociedade redencionista, em seus aspectos sociais e trabalhistas foi um grande desafio.

Durante o desenvolvimento da pesquisa, que abordou a realidade local e social, utilizou-se um arcabouço metodológico, baseado nos métodos e técnicas da metodologia qualitativa, ajustáveis a natureza do problema, e a análise das fontes empíricas, orientado-se em duas bases: Pesquisa Exploratória, e Pesquisa de Campo.

A pesquisa exploratória constituiu-se de levantamento de dados escritos, do período de 1880 á 1810, disponíveis no APEC (Arquivo Público do Estado do Ceará),

⁸ OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. Identidade étnica, identificação e manipulação. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/fchf/article/view/912/1116>> Acesso em: 15 de Set. de 2013.

no Instituto do Ceará, na Revista do Instituto do Ceará, e no jornal o libertador do ano de 1881. Levantamento de documentos civis (registro de nascimento, casamento, óbito), e religiosos (batismos e casamentos), disponíveis em cartórios e igrejas do município.

A Pesquisa de campo teve como foco a visita a casas de engenhos da cidade, com o intuito de levantar dados empíricos, registros fotográficos, e documentos que possibilitem a identificação dos descendentes dos escravos alforriados, assim como sua atual localização; Realização de entrevistas semiestruturadas, com detentores de informações relevantes ao tema.

Capítulo 1: BRASIL: DA ESCRAVIDÃO Á ABOLIÇÃO

O processo de instituição do regime de trabalho escravo no Brasil está intrinsecamente ligado ao início da efetiva colonização do território brasileiro. Em 1530 Portugal enviou a primeira expedição para colonizar o litoral do além'mar, o objetivo era instituir povoados, explorar metais e proteger o território, em especial dos Holandeses, Franceses e Ingleses.

A colônia não dispunha de mão de obra para executar os trabalhos manuais, a solução encontrada foi usar os nativos, em regime de trabalho escravo. Após as fugas consecutivas dos nativos, e a intervenção dos jesuítas católicos em defesa deles, os colonizadores passaram a importar mão de obra escravizada do continente Africano, comercio que Portugal já realizava desde o século XV.

Durante três séculos (do século XVI ao XVII) a escravidão foi praticada e aceita sem que as classes dominantes questionassem a legitimidade do cativo.⁹ A utilização da mão de obra escravizada era intensa, em especial nas colônias europeias na América.

A escravidão encontrava legitimação na religião cristã, o negro “sem alma” trazido para a “civilização europeia” tinha a oportunidade de sair da ignorância, e do ambiente selvagem, para viver juntos aos civilizados e conseqüentemente torna-se cristão.

A ideia de civilização e salvação dos negros perdurou durante três séculos seguidos, embora houvesse resistência e fugas dos escravizados, o sistema escravista tinha um ideal político e de interesse social fortemente defendido. Mesmo alicerçado nessas bases, a doutrina escravista iniciou seu processo de declínio a partir do século XVIII¹⁰, quando os ideais revolucionários europeus, que buscavam derrubar o regime político vigente do período, deram origem às teorias abolicionistas, fundamentadas na liberdade e igualdade. O trabalho escravo passou a ser visto como amoral e violador dos

⁹ COSTA, Emília Viotti da. A abolição. 8ª edição revista e ampliada. São Paulo: UNESP. 2008, p. 15.

¹⁰COSTA, Emília Viotti da. *Ibidem*, p. 14.

direitos do homem, a partir de então tal concepção começou a ser disseminada pelo resto do mundo.

Tal dimensão internacional do pensamento antiescravista só teria sido possível em meados do século XIX a partir de uma organização internacional (*sociedade britânica e estrangeira contra a escravidão*) criada por abolicionistas britânicos para contatar abolicionistas estrangeiros no EUA, França e Caribe, expandindo o movimento antiescravista a nível mundial.¹¹

No Brasil os primeiros navios transportando mão de obra escravizada chegaram durante o século XVI. Os negros eram trazidos das várias partes do continente africano, destinados as diferentes regiões da colônia brasileira, designados às mais diversas atividades. Não há um número exato, mas estima-se que até meados do sec. XIX, cerca de quatro milhões de africanos chegaram ao país no curso de três séculos quase 40% de todos os escravos retirados da África foram destinados ao Brasil.¹²

Os primeiros negros vieram da região hoje conhecida por Guiné-Bissau, e foram direcionados aos canaviais de Pernambuco e da Bahia.

A esses negros fulas e mandingas viram se juntar, em seguida, os negros bantos, que, no século XVI, chegaram ao nordeste do Brasil em levadas crescentes para viabilizar a introdução e a exploração de cana de açúcar e da criação de gado na colônia.¹³

Esses escravos eram trazidos para trabalhar principalmente nas lavouras de cana-de-açúcar. No início da colonização, os portugueses buscaram alternativas econômicas que gerassem lucro para Portugal, já que no período as buscas empreendidas por ouro e prata não lograram êxito. Dependendo da região em que eram instalados, os escravizados desempenhavam funções distintas.

Muitos trabalhavam como estivadores, barqueiros, vendedores, aprendizes, mestres em artesanato e serviços domésticos. No início do séc. XVIII a mão de obra

¹¹ FERREIRA, Lusirene Celestino França. Nas asas da imprensa: A Repercussão da Abolição da escravatura na província do Ceará nos periódicos do Rio De Janeiro (1884-1885), Dissertação de Mestrado submetida Programa de Pós-Graduação em História, do Departamento de Ciências Sociais, da Universidade Federal de São João del-Rei, como parte dos requisitos necessários à obtenção de grau de Mestre em História. 2010, p. 25.

¹² GRAHAM, Richard. Nos Tumbeiros Mais Uma Vez? O Comércio Interprovincial de Escravos no Brasil. Revista Afro-Ásia, Nº 27, 2002, p. 124.

¹³ SANT'ANNA, Márcia. Escravidão no Brasil: os terreiros de candomblé e a resistência cultural dos povos negros. p. 02, 2003. Disponível: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=419> Acesso em: 03 de Mar de 2014.

escravizada, também foi empregada na mineração e na agropecuária em Minas Gerais e em Goiás.

Na região nordeste os negros escravizados eram destinados aos canaviais, à criação de gado e roçados. No Ceará onde a cultura canavieira não era tão intensa, a produção econômica - no lapso temporal privilegiado - era constituída pela pecuária bovina e a cultura algodoeira¹⁴ e mais tarde do café, os cativos eram usados tanto na cidade quanto no campo, desempenhando atividades domésticas, e agropecuárias.

Embora relatos encontrados na obra de Girão¹⁵, afirmem que as fazendas de gado empregavam poucos escravos, pois acreditava-se que os africanos não eram bons pastores, esta atividade era feita preferencialmente por homens pobres e livres. O pastoril exigia que o escravizado se distanciasse demais da atenta supervisão dos capatazes, a proximidade com a mata poderia propiciar uma fuga facilitada.

Os primeiros indícios do que viria a serem os movimentos abolicionistas no Brasil datam de 1789, quando os inconformes mineiros discutiam as possibilidades de um levante contra a administração portuguesa, eles se perguntavam se seria possível promover uma insurreição contra Portugal sem primeiro libertar os escravos.¹⁶ A partir desse período a Abolição tornou-se mais forte e com cada vez mais adeptos, passando por diversos processos e fases culminando na promulgação da Lei Nº 3.353, de 13 de maio de 1888.

O Brasil, último país a abolir o sistema escravista na América, assim como outros países, sofreu influências e fortes pressões britânicas. O fortalecimento do ideal libertário, ligado aos interesses dos países europeus, em especial a Grã-Bretanha, resultou na Lei Nº 581, conhecida como Lei Eusébio de Queiroz, instituída em 1850. A norma previa que a importação de escravo no território do Império estava nele considerada pirataria, sendo punida a tentativa e a cumplicidade.

Estabelecendo medidas para a repressão do tráfico de africanos no Império, a lei extinguiu legalmente o tráfico internacional de escravos para o Brasil, um marco que

¹⁴ MARTINS, Paulo Henrique de Souza. Escavidão, Abolição e Pós-Abolição no Ceará: sobre histórias, memórias e narrativas dos escravos e seus descendentes no Sertão cearense. 2012. 128 f. Tese em História-Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História. Universidade Federal Fluminense, RJ. 2012, p. 58.

¹⁵ GIRÃO, Raimundo. A Abolição no Ceará. 2ª Ed. Secretaria do Estado. 1984, p.58.

¹⁶COSTA, Emília Viotti da. A abolição. 8ª edição revista e ampliada. São Paulo: UNESP. 2008, p. 15.

estudiosos como Costa¹⁷ e Conrad¹⁸, afirmam ser a primeira fase do que viria a culminar na abolição no Brasil.

Vários recursos foram usados para burlar a lei que inibia o tráfico, propinas, ameaças e essencialmente poder político. Os juízes de paz, eram relutantes em investigar as denúncias e os júris, se recusavam a condenar ou aceitar como válidas as evidências de que o tráfico internacional continuava ocorrendo, além disso, parte considerável da população era conivente, em especial os fazendeiros, maiores interessados no tráfico.

A inibição do tráfico internacional não obteve o êxito esperado, em paralelo o tráfico interprovincial se intensificou.

Calcula-se que de 7 mil a 10 mil escravos entraram anualmente nas províncias do Centro-Sul, vindos de outras partes do país. Os escravos eram deslocados das cidades para as zonas rurais e das áreas de menor produtividade para as mais produtivas.¹⁹

As províncias do nordeste foram as que mais comercializavam cativos, para regiões Sul e Sudeste. As dificuldades de desembarque de negros na costa brasileira, fez com que o valor pecuniário dos negros disponíveis se elevasse continuamente. O café era um negócio lucrativo, e os fazendeiros das regiões cafeeicultoras podiam pagar altos preços pelos escravos, o que atraía os traficantes nordestinos.

A província do Ceará foi uma das mais devastadas pela seca, ela enviou milhares de escravos para o sul, e durante a década de 1870, enviou mais que qualquer outra.²⁰ O clima da região com seus insistentes períodos de seca, não propiciava o crescimento econômico baseado na agricultura, tanto o açúcar, quanto a cultura algodoeira, foram afetadas com o clima da província.

A eclosão da seca de 1877 veio a atingir toda a infra-estrutura socioeconômica da província; a agropecuária foi reduzida a menos da metade de seu potencial, e milhares de fazendeiros ou perderam grande parte de seu patrimônio ou ficaram reduzidos a quase miséria, restando-lhes como único bem a terra desvalorizada. [...] Ao terminar a seca a que restou da escravaria estava em poder de um numero reduzido de senhores e vivia principalmente nas cidades. A presença

¹⁷COSTA, Emília Viotti da. A abolição. 8º edição revista e ampliada. São Paulo: UNESP. 2008, p. 17

¹⁸CONRAD, Robert. Os últimos anos da escravatura no Brasil (1850-1888). 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, p. 342.

¹⁹COSTA, Emília Viotti da. Ibidem, p. 36.

²⁰GRAHAM, Richard. Nos Tumbeiros Mais Uma Vez? O Comércio Interprovincial de Escravos no Brasil. Revista Afro-Ásia, Nº 27, 2002, p. 131.

do cativo na comunidade cearense passou então a ser um apêndice da população, e trazia à lembrança a saída triste de milhares de escravos que foram sofrer no sul do país.²¹

Em virtude desses fatores, era comum que os donos de escravos os vendessem para produtores de outras regiões, a fim de captar recursos. Os escravizados eram destinados principalmente para as regiões Sul e Sudeste, onde a cultura cafeeira se desenvolvia expansivamente.

De acordo com Graham²², o estatístico contemporâneo Sebastião Ferreira Soares, calculou o número médio de escravos traficados anualmente do nordeste para o Rio de Janeiro nos anos 1850 como sendo de 3.439, e estimou em mais ou menos outros 1.500, os que chegaram com seus proprietários ou vieram da região sul do país, que no período encontrava-se em uma crise econômica, o charque estava em declínio, e os cativos da região foram importados para Rio de Janeiro e Santos.

A segunda fase do processo da abolição da escravatura iniciou-se em 1871, com a aprovação da Lei do Ventre Livre, que estabelecia que os filhos de escravas que nascessem em solo nacional, a partir daquela data seriam considerados “livres”, uma liberdade condicionada.

Os ditos filhos menores ficarão em poder o sob a autoridade dos senhores de suas mães, os quais terão a obrigação de criá-los e tratá-los até a idade de oito anos completos. Chegando o filho da escrava a esta idade, o senhor da mãe terá opção, ou de receber do Estado a indenização de 600\$000, ou de utilizar-se dos serviços do menor até a idade de 21 anos completos. No primeiro caso, o Governo receberá o menor e lhe dará destino, em conformidade da presente lei.²³

Em 1885 foi aprovada a Lei dos Sexagenários, que concedia liberdade apenas aos escravos com mais de 65 anos, que já não dispunham de força e disposição para encarar as péssimas condições de trabalho cedidas pelos senhores de engenho. Na realidade a lei não tinha quase nenhum efeito prático, já que poucos chegavam aos 60 anos de idade.

²¹ SILVA, Pedro Alberto de Oliveira. *Historia da Escravidão no Ceará: Das origens á extinção*. 2º ed. Fortaleza: Instituto do Ceará, 2011, p. 195.

²² GRAHAM, Richard. *Nos Tumbeiros Mais Uma Vez? O Comércio Interprovincial de Escravos no Brasil*. Revista Afro-Ásia, Nº 27, 2002, p. 129.

²³ Brasil. Lei Nº 2040 de 28.09.1871 - Lei do Ventre Livre. Disponível em: <<http://www.jurisway.org.br/v2/bancolegis1.asp?idmodelo=1935>> Acesso em: 18 de Mar. de 2014.

A promulgação da Lei Áurea em 1888 fecha o período, que Costa²⁴ chama de terceira fase do processo abolicionista no Brasil, quando diante da conjuntura social que se apresentava, a lei liberária foi assinada.

1.1 Abolição no Ceará

A libertação dos escravizados se deu de forma gradual em todo país, sendo a província cearense a pioneira na abolição. O movimento antiescravista se espalhou rapidamente por toda a província, em 1881 as sociedades libertadoras estavam presentes em seis comarcas cearenses, gradativamente os escravos foram libertos voluntariamente ou por compra de cartas de alforria, financiadas pelo poder público e por eventuais donatários.

As denominadas sociedades libertadoras surgiram no Ceará a partir de 1870, a pioneira foi a Sociedade Libertadora de Baturité, organizada em 25 de maio de 1870 e instalada em 29 de junho²⁵, somente dez anos depois foram criados outros grupos abolicionistas na província. A Sociedade Libertadora Cearense foi fundada em 1880, mais tarde em 1882 surgiram a Sociedade Redentora Acarapense e a Libertadora Artística Acarapense²⁶, e o Clube dos Libertos. No ano seguinte foram fundados o Centro Abolicionista, e a Cearenses Libertadoras, esta última formada por mulheres.

As sociedades libertadoras eram formadas por membros da elite local. Um exemplo deste modelo foi a Sociedade Cearense Libertadora, que surgiu a partir de uma organização com articulações abolicionistas, denominada Perseverança e Porvir, criada em 1879.

Durante uma reunião ocorrida em 28 de novembro de 1880 ficou acertado que todos os sócios da perseverança e povir tomariam parte nos festejos da instalação de uma instituição chamada sociedade cearense libertadora, a ser instalada solenemente no dia 08 de dezembro de 1880 nos salões do palacete da Assembleia provincial.²⁷

A Libertadora era composta pela elite econômica e intelectual da província, médicos, burgueses e oligarquias rurais, contagiados pelas ideias europeias, que condenavam o sistema escravista e havia implantado o capitalismo econômico.

²⁴ COSTA, Emília Viotti da. A abolição. 8ª edição revista e ampliada. São Paulo: UNESP. 2008, p. 36.

²⁵ GIRÃO, Raimundo. A Abolição no Ceará. 2ª Ed. Secretaria do Estado, 1984, p. 68.

²⁶ GIRÃO, Raimundo. Ibidem, p. 152.

²⁷ SILVA, Pedro Alberto de Oliveira. História da Escravidão no Ceará: Das origens à extinção. 2ª Ed. Fortaleza: Instituto do Ceará, 2011, p. 190-191.

Para tais abolicionistas, o fim da escravidão consistia na negação da grande propriedade, na luta pela oportunidade de instrução pública para toda a sociedade e por uma reforma eleitoral que permitisse uma maior participação da população. Esses abolicionistas tinham como intenção mudar a estrutura de produção de forma que outros setores da sociedade, que não somente o dos grandes proprietários de terra, mas também pequenos produtores e as camadas médias, passassem a ter uma participação política mais direta e uma certa parcela de poder. Ainda buscavam um reconhecimento, sobretudo político, onde o fim da escravidão era também o de uma instituição que legitimava até então a ordem política e social vigente.²⁸

A elite abolicionista não tinha apenas o desejo de efetivar a abolição, tal fato significaria o marco inicial para a ruína do sistema econômico e político da época, considerado ultrapassado e distante da modernidade europeia.

Era comum na inauguração das Sociedades abolicionistas, em meio aos discursos libertadores, serem distribuídas cartas de alforrias. Por ocasião da solenidade de inauguração da Cearense Libertadoras, foram setenta e duas cartas conseguidas pela novel agremiação.²⁹

Muitas dessas solenidades e atos em prol da causa abolicionista são encontradas nos registros do jornal o Libertador, lançado em 1º de Janeiro de 1881 pela Libertadora Cearense. O intuito do periódico era mobilizar a opinião pública em favor da causa antiescravista. Os abolicionistas expressavam-se politicamente, criticando duramente aqueles que agiam contra seus interesses, através do jornal.

Abaixo a escravidão! Coincidãos! Em meio das grandes ideias que nobilitam o nosso século, uma grande vergonha faz ainda corar a nossa querida pátria. É a vergonha da escravidão! [...] Oh! Não; a escravidão não tem mais razão de ser; desaparecida de todas as nações que com grandes sacrifícios lavaram-na do solo, desaparecerá também do Brazil, que deve orgulhar-se de não ceder-lhes o passo na expansão dos sentimentos generosos.³⁰

O grupo responsável pelas publicações se mostrou agressivo e lutou ferozmente a favor da abolição, o que deu ao jornal um caráter extremamente radical.³¹ O periódico

²⁸ CAXILÉ, Carlos Rafael Vieira. Abolição na Província do Ceará: a sociedade cearense libertadora e seus ideais. 2006, p. 31. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/>> Acesso em: 09 de Abr. de 2014, p.28.

²⁹ GIRÃO, Raimundo. A Abolição no Ceará. 2ª Ed. Secretaria do Estado, 1984, p. 157.

³⁰ LIBERTADOR. Discurso: Abaixo a escravidão. Fortaleza, 15 de janeiro de 1881, p. 1, c.2.

³¹ COSTA, Andréia Oliveira. A Sorte dos Negreiros: O Romance Folhetim na Campanha Abolicionista do Jornal Libertador. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/60-encontro-2008-1/A%20Sorte%20dos%20Negreiros.pdf>> Acesso em: 13 de Mar. de 2014, p.11.

se dispunha a formar opinião dos leitores, e não era permitido no Libertador nenhum tipo de propagandas que fizesse apologia à escravidão.

O jornal se referia à liberdade como um elemento principal para o desenvolvimento intelectual, social e territorial, assegurando que tais desenvolvimentos somente poderiam ocorrer com o fim da escravidão.³² A abolição permitiria à nação crescer e ser tão forte política e economicamente quanto alguns países do velho mundo, dentre eles, França e Inglaterra.

Ao utilizar o folhetim como parte de sua campanha abolicionista, os integrantes da Cearense Libertadora, unem sua necessidade de se fazer ouvir à repercussão de seus ideais e conseguiram cada vez mais adeptos, influenciados pelas propostas e discussões discorrida no Libertador.

O movimento abolicionista era mais representativo nas classes elitizadas, em seus encontros em saraus e eventos era comum a libertação de alguns escravos. Mais tarde, as libertações tornaram-se mais continuas, seguindo um processo sistemático.³³ Sendo as libertações programadas por áreas, primeiro as ruas, seguidas de bairros, vilas, municípios e finalmente, a província, um sistema usado pelos abolicionistas até ser decretado o fim do trabalho escravo na província cearense.

A visibilidade das ações dos abolicionistas foi maior que a sua efetividade. Ao contrário do que muitos autores fazem parecer, o “honroso” ato de libertar os cativos não foi mérito apenas dos abolicionistas, muitos fatores contribuíram para a liberdade dos cativos cearenses. A população escrava no período já era bastante reduzida. Dados apresentados nos relatos de Conrad³⁴ revelam que em 1872, havia aproximadamente apenas 31.975 escravos no Ceará, de uma população total de 718.748 habitantes.

Os escravos deixaram de ser um negócio rentável para os senhores. Certamente, os motivos dessa desvalorização estavam relacionados com o bloqueio do porto de Fortaleza pelos jangadeiros, que interrompeu a exportação de escravos para o Sul; na criação de um imposto pela assembleia provincial de 100\$000 por cada escravo

³² CAXILÉ, Carlos Rafael Vieira. Abolição na Província do Ceará: a sociedade cearense libertadora e seus ideais. 2006, p. 31. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/>> Acesso em: 09 de Abr. de 2014, p.30.

³³ FERREIRA, Lusirene Celestino França. Nas asas da imprensa: A Repercussão da Abolição da escravatura na província do Ceará nos periódicos do Rio De Janeiro (1884-1885), Dissertação de Mestrado submetida Programa de Pós-Graduação em História, do Departamento de Ciências Sociais, da Universidade Federal de São João del-Rei, como parte dos requisitos necessários à obtenção de grau de Mestre em História. 2010, p. 32.

³⁴ CONRAD, Robert. Os últimos anos da escravatura no Brasil (1850-1888). 2º Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, p. 348-345.

existente na província; 46 e no significativo uso da mão de obra livre na economia cearense, especialmente, após a seca de 1877-79.³⁵

No campo os cativos significava um dispêndio desnecessário para o senhor de escravo, na cidade os escravos eram usados como fonte de geração de lucro, com o aluguel e o uso do denominado escravo de ganho.

O comercio interprovincial foi intensificado, sobretudo após a promulgação da lei de 1850, que proibia o tráfico negreiro para o Brasil, a província cearense passou a exportar intensamente negros cativos dentro do processo do tráfico interprovincial.³⁶

Sabe-se que em 1883, quando a abolição no Ceará era latente, já não havia tantos escravos na província. Notadamente em relação a outras províncias, mesmos no nordeste, a província cearense não mantinha uma população escrava elevada, de acordo com dados estatísticos em 1819, os escravos representavam cerca de 27,6% da população, ficando atrás de Alagoas com 38,9% e Maranhão 66,6%.³⁷

A abolição, acalorada pela expressiva campanha redencionista dos intelectuais da época, teve seu viés fortemente econômico, onde livrar-se dos cativos, parecia mais lucrativo do que mantê-los.

A compra ou a indenização dos escravistas pareceu uma alternativa plausível, à medida que o proprietário seria mais uma vez recompensado pelo capital investido. Então, a assembleia provincial cearense sancionou uma resolução que estabelecia uma significativa quantia em dinheiro para comprar a alforria de escravos na província.

Em 1868, com a Resolução nº 1.254, sancionada em 28 de dezembro de pelo presidente Diogo Velho Cavalcante de Albuquerque, a Assembleia Provincial autoriza o Executivo, a “despender a quantia de quinze contos de réis (15:00\$) com a emancipação de cem escravos que forem nascendo, de preferência do sexo feminino, os quais serão libertados pia, cem mil cada um” (art. 1º).³⁸

³⁵ FERREIRA, Lusirene Celestino França. Nas asas da imprensa: A Repercussão da Abolição da escravatura na província do Ceará nos periódicos do Rio De Janeiro (1884-1885), Dissertação de Mestrado submetida Programa de Pós-Graduação em História, do Departamento de Ciências Sociais, da Universidade Federal de São João del-Rei, como parte dos requisitos necessários à obtenção de grau de Mestre em História. 2010, p. 32.

³⁶ FUNES, Eurípedes Antônio. Negros no Ceará. In SOUZA, Simone de. Org. Uma nova História do Ceará. Edições Demócrito Rocha, Fortaleza. 2000, p. 105

³⁷ GIRÃO, Raimundo. A Abolição no Ceará. 2ª Ed. Secretaria do Estado, 1984, p. 58

³⁸ GIRÃO, Raimundo. Ibidem, p. 63

A Resolução só recebeu a devida regulamentação em 1869, e o valor estabelecido foi dividido entre as diversas comarcas da província, dentre elas encontra-se Baturité, que recebeu 900\$, para pagar pela liberdade dos recém-nascidos.

A medida funcionava como uma representação de uma realidade idealizada, “nascer cativo, mas gozar a vida em liberdade”, um ideal ilusório. De acordo com os artigos 2º e 3º respectivamente da citada Resolução Provincial, a emancipação ocorreria através de documento assinado pelo proprietário e pela comissão, e o liberto permaneceria sob a guarda do proprietário de sua mãe até os 14 anos de idade. Certamente prestando serviços, em troca de moradia e alimentação, a Resolução tinha os mesmos moldes da Lei do Ventre Livre, ou seja, na prática, a alforria não era efetiva.

Em 1870, foi aprovada a Resolução 1334 da Assembleia Provincial do Ceará, que previa um aumento de 5:00\$, contabilizando 20:000\$ contos de réis para o fundo provincial para alforria, pela nova resolução podem ser alforriados escravos de ambos os sexos de 2 a 30 anos, com preço unitário não superior a 150 mil réis. Entre 1870 e 1884 foram alforriados na província 2.315 cativos.

O Estado, bem como particulares simpatizantes da causa abolicionistas financiaram as alforrias, não só de crianças do sexo feminino, mas também de escravos adultos por toda província. De maneira geral as alforrias que ocorreram, por meio de incentivos pecuniários, a imprensa noticiava três tipos de alforria no Império.

A alforria gratuita ou incondicional, isto é, aquela em que o senhor declarava que, “por bons serviços prestados”, alforriava seu escravo sem ônus algum; a alforria por intervenção de terceiros, na qual escravos, libertos ou homens livres concorriam com quantias para a compra da liberdade de um escravo. (...) O último tipo de alforria era através das liberdades condicionais, em que os próprios senhores libertavam seus escravos sob condição de prestação de serviço por três ou quatro anos, sendo que só a partir da data estabelecida poderiam os mesmos viver em plena liberdade.³⁹

As ações empreendidas pela Sociedade Libertadora Cearense e das demais organizações abolicionistas da província do Ceará, tinham o mesmo fundamento, revelando o caráter enaltecido que os integrantes dessas sociedades imprimiram aos

³⁹ MARTINS, Paulo Henrique de Souza. *Escravidão, Abolição e Pós-Abolição no Ceará: sobre histórias, memórias e narrativas dos escravos e seus descendentes no Sertão cearense*. 2012. 128 f. Tese em História-Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História. Universidade Federal Fluminense, RJ. 2012, p. 197.

seus feitos, orgulhando-se das alforrias que conseguiam, mesmo sendo pagas, ou condicionadas.

A alforria condicionada foi a mais comum nos últimos anos de escravidão no Ceará, garantindo ao escravo a condição de livre, e para o dono a garantia de que não iria perder seu capital produtivo, e que o mesmo não fugiria e nem seria indisciplinado, haja vista que desses critérios dependiam sua efetiva liberdade.

A abolição em todo território provincial ocorreu através da lei provincial, 25 de março de 1884, pelo Sátiro Dias, presidente da província cearense.

O Ato gerou grande mobilização populacional, Girão⁴⁰, traz em seus relatos as publicações do Libertador, segundo as quais duas mil pessoas, seguramente, se achavam apinhadas desde as naves da Igreja do Rosário até o adro da praça. A multidão desfilou pelas ruas, em meio a fogos e músicas, até o Passeio Público, onde uma outra demanda populacional se encontrava, esperando pelos 35 libertos. As comemorações do ato provincial se estenderam por todo o território nacional e internacional.

Em todo o território do Brasil, não se falava sobre outro assunto. Este evento foi amplamente divulgado nos jornais do Rio de Janeiro e um clima de euforia inundou as ruas da cidade, que se tornaram palco de festas, comícios, quermesses, passeatas e manifestações públicas de diversos setores da sociedade.⁴¹

As festas populares e espetáculos comemorativos na Corte carioca se diversificavam e se estenderam até Abril. A *Gazeta da Tarde* se antecipou na programação das quermesses do dia 25 de março, noticiando que a Confederação Abolicionista anunciou grandes festas para saudar a libertação total da província do Ceará.

Essas festas contavam com um grande número de pessoas. Durante as quermesses, eram realizados leilões para captar fundos utilizados para financiar a campanha abolicionista e comprar alforrias de escravos.⁴²

⁴⁰ GIRÃO, Raimundo. A Abolição no Ceará. 2ª Ed. Secretaria do Estado, 1984, p. 109-110.

⁴¹ FERREIRA, Lusirene Celestino França. Nas asas da imprensa: A Repercussão da Abolição da escravatura na província do Ceará nos periódicos do Rio De Janeiro (1884-1885), Dissertação de Mestrado submetida Programa de Pós-Graduação em História, do Departamento de Ciências Sociais, da Universidade Federal de São João del-Rei, como parte dos requisitos necessários à obtenção de grau de Mestre em História. 2010, p. 44-45.

⁴² FERREIRA, Lusirene Celestino França. *Ibidem*, p. 46.

A abolição cearense teve repercussão internacional, uma vez que as notícias da libertação cruzaram o Oceano Atlântico e ecoaram na França. Em Paris houve uma celebração realizada pelo abolicionista brasileiro José do Patrocínio e pelo também abolicionista e Senador vitalício francês Victor Schoelcher.

1.2 Abolição na Villa de Acarape: o pioneirismo

No ano anterior a abolição provincial cearense, algumas cidades e vilas já haviam alforriado seus cativos, a vila de Acarape, hoje município de Redenção, alforriou seus escravos em janeiro de 1883, seguida de Fortaleza e Mossoró.

A freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Acarape, atualmente Redenção, deve sua criação à lei provincial nº 1.242, de 5 de dezembro de 1868. No mesmo dia da criação do município foi assinada uma lei autorizando o Presidente da Província a despender, anualmente, a importância de quinze mil réis com a libertação de escravos de preferência do sexo feminino.⁴³

Na Villa de Acarape, a agricultura de cana-de-açúcar teve grande influência econômica. No século XIX, estima-se que havia um significativo número de engenhos no município, operando com mão de obra escravizada, fazendo aparecer às senzalas e comércio escravo. Esses escravos, assim como no resto da província, se ocupavam basicamente das lavouras e dos trabalhos domésticos, sendo libertos um a um, à medida que sua subsistência ficaria insustentável para seus senhores.

No final do século XIX havia um número reduzido de escravizados no município, no período em que ocorreu a alforria dos cativos na Villa de Acarape havia pouco mais de 100 escravizados, um quantitativo não utilizado de homens, em virtude das variações climáticas, e persistentes períodos de secas.

O Comércio do Município cifia-se ao retalho em curta escala, principalmente depois da calamitosa seca porque passou a Província [...] durante o período da seca o município teve á lamentar grande número de perdas de seus filhos, vítimas de peste como bexigas, febres de caracteres, beribéri, ECT. Foi considerável o número de emigrações deste lugar para o norte e sul do Império; porém este ano, depois do inverno, tem voltado, felizmente, parte do povo emigrado.⁴⁴

⁴³ IBGE Histórico de Redenção Ceará – CE. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?codmun=231160>> Acesso em: 01 de jul, de 2014.

⁴⁴ Câmara Municipal da Villa de Acarape. Correspondência expedida ao Presidente da Província em 1874. Fortaleza: APEC – Arquivo Público do Estado do Ceará.

A conjuntura em que se encontrava a população acarapense foi propícia aos acontecimentos que se sucederam. A história oral conta que, alguns proprietários já não concediam a seus cativos as condições mínimas de subsistência, a escassez de recursos financeiros não permitiam manter os negros sob sua tutela, a venda da alforria dos escravizados se mostrou uma oportunidade financeiramente viável.

O cultivo da cana já estava sendo substituído pela pecuária, que dispensava o trabalho escravo, a seca que atingia o Ceará deixava os escravos sem ter o que fazer e onerava seus proprietários.

De acordo com publicação do Museu Histórico Memorial da Liberdade⁴⁵ o movimento abolicionista no Ceará motivou um grupo de moradores da Villa do Acarape a se organizarem para libertar seus escravos. Foram fundadas duas associações: a Sociedade Libertadora Acarapense e a Sociedade Libertadora Artística Cearense formada por estudantes, senhores da sociedade e artistas.

Em 08 de dezembro de 1882 fundou-se a Sociedade Redentora Acarapense composta de abolicionistas e dirigida por Gil Ferreira Gomes de Farias (presidente), Antônio da Silva Ramos (procurador), R. A. Gomes Carneiro (2º secretário), Henrique Pinheiro Teixeira (1º secretário). Padre Luís Bezerra da Rocha (tesoureiro) e Deocleciano de Menezes (delegado).

O grupo iniciou suas atividades antes mesmo de se registrarem como sociedade abolicionista. Relatos de estudiosos redencionistas⁴⁶, afirmam que os integrantes motivados pela causa abolicionista, contataram todos os donos de escravos da Villa, com o intuito de identificar quais deles concederiam a carta de alforria aos cativos sob sua posse.

De acordo com as informações obtidas, alguns senhores de escravos concordaram em ceder à carta de alforria ao seu escravizado, sob a condição dele permanecer trabalhando como servo, o que significava continuar prestando serviços gratuitos, em troca de comida e moradia, até a morte daquele que lhe “alforriou”. Outros recusavam-se a conceder a alforria, mesmo sob condição de servidão, porém venderia a alforria do escravo.

⁴⁵ Museu Histórico Memorial da Liberdade. Redenção vive outro momento de liberdade com a Unilab. Disponível em: <http://museumemorialdaliberdade.blogspot.com.br/2011_03_01_archive.html> Acesso em: 10 de jul, de 2014.

⁴⁶ Relato obtido a partir de entrevistas com redencionistas, entre maio e junho de 2014.

Enquanto o movimento abolicionista se fortalecia em Acarape, o município recebeu, em novembro de 1882, a visita de uma comissão da Sociedade Libertadora Cearense composta por João Cordeiro, Almino Affonso, Antonio Martins, Frederico Borges, e José Marrocos. Foram recebidos no salão de honra da Câmara Municipal pelo vigário Padre Luis da Rocha, Deocleciano Ribeiro de Menezes. Após a reunião almoçaram na casa do Sr. Antonio da Silva Matos, que na ocasião entregou uma carta de alforria a um escravo.

No mês de dezembro do mesmo ano, uma representação da Sociedade Redentora Acarapense, já instituída e registrada, viajou para Fortaleza a fim de solicitar apoio e colaboração monetária para a compra das alforrias, já que os fazendeiros aceitaram alforriar seus escravos, desde que fossem indenizados.

Na época José do Patrocínio se encontrava no Ceará e junto com a Sociedade Libertadora Cearense participou do movimento para arrecadar o valor estipulado. O grande tribuno negro fazia conferências no teatro São Luís, as entradas eram pagas e o produto destinado às alforrias dos escravos da Villa do Acarape. O jornal Libertador fez uma grande campanha e abriu uma lista de arrecadação na capital, houve bastante contribuição e a lista cresceu. A população da Villa do Acarape também contribuiu com 300\$000.⁴⁷

Não há registro do quantitativo de alforriados em regime de servidão, todavia os registros históricos assinalam que na data prevista para a solenidade de alforria dos cativos da Villa de Acarape foram entregues 116 cartas de alforria.

Em 1º de janeiro de 1883, o movimento emancipador articulado pela Sociedade Cearense Libertadora em apoio a Sociedade Redentora Acarapense, concedeu a liberdade de todos os escravos que ainda restavam na então Villa de Acarape. Naquele dia chegavam ao município, abolicionistas como Liberato Barroso, Antônio Tibúrcio, Justiniano de Serpa, José do Patrocínio para assistir à alforria dos cativos.

O feito realizado no prédio, em frente à igreja matriz da localidade, culminou no primeiro ato efetivamente libertário registrado no país, após as alforrias o lugar recebeu o nome de Redenção por meio da Lei nº 2.167/89, pioneira na abolição da escravatura no Brasil.

Relatos de Girão apontam para um momento de grande festa e contentamentos.

⁴⁷ Museu Histórico Memorial da Liberdade. Redenção vive outro momento de liberdade com a Unilab. Disponível em: <http://museumemorialdaliberdade.blogspot.com.br/2011_03_01_archive.html> Acesso em: 10 de jul, de 2014.

Fora Acarape escolhido para nele fincar-se, no solo da pátria enodoada de escravatura, o primeiro alicerce de penhada libertação⁴⁸. O autor narra em detalhes, embora “românticos”, o momento que a comitiva composta por membros da Sociedade Cearense Libertadora, chegou a Villa de Acarape, até o momento em que partem na antiga estação Calaboca.

A Praça da Matriz semelhava um jardim: leques, palmeiras, crótons, arbustos floridos, bandeiras de variegas cores e tremular nas fachadas dos prédios. Viera povo de todos os sítios e das e das localidades vizinhas. Começou a sessão que iria solenizar a conquista alcançada. (...) No jantar-banquete, minutos depois, é que a retórica e a poesia se guindaram aos páramos da exaltação, num acúmulo de brindes e saudações, excitados pelos vinhos.⁴⁹

Durante o jantar, discursaram as figuras provincianas mais ilustres, o deputado provincial Justiniano Serpa, o Antônio Bezerra de Menezes, José do Patrocínio, o General Antônio Tibeurcio, dentre outros. O banquete realizado na residência de Silva Matos acabou por volta das dezesseis horas, quando a comitiva partiu para a capital provincial, onde as comemorações se estenderam e teve o já esperado, espaço no Libertador.

Em 23 de janeiro, a ata de sessão da Câmara registra a solidariedade dos vereadores e a proposta e aprovação de telegrama dirigido pela Comuna ao Imperador D. Pedro II, comunicando-lhe a extinção da escravatura no município de Acarape.

É interessante notar que os cativos não foram sujeitos passivos nesse processo, estes tiveram papel ativo, à medida que se rebelavam, formavam grupos de lutas, planejavam e executavam fugas.

Diante dos impasses e da rebeldia escrava, coloca-se a fuga como alternativa radical de resistência. A fuga era a autoexclusão do cativo da sociedade escravista, em particular quando alcançava o quilombo. Era o cativo fazendo a sua liberdade, buscando a constituição de um novo espaço que se configurava em alternativa ao mundo do senhor, mesmo que não dicotomizado.⁵⁰

O escravizado não detinha força política ou social, mas buscavam por outros meios a liberdade. O crescimento da resistência daqueles escravos que tinham sido

⁴⁸ GIRÃO, Raimundo. A Abolição no Ceará. 2ª Ed. Secretaria do Estado, 1984, p. 159

⁴⁹ GIRÃO, Raimundo. Ibidem, p. 161-162

⁵⁰ FUNES, Eurípedes Antônio. Negros no Ceará. In SOUZA, Simone de. Org. Uma nova História do Ceará. Edições Demócrito Rocha, Fortaleza. 2000, p. 129

arrancados de seus contextos familiares e antigos laços sociais minou a autoridade dos senhores e encorajou-os a forçar sua própria libertação através da ação direta.⁵¹ Atribuir a conquista da abolição da escravatura somente ao homem branco e livre é negar ao negro escravizado a sua parcela contributiva em um processo no qual este foi um sujeito ativo.

⁵¹ GRAHAM, Richard. *Ibidem*, p. 122.

Capítulo 2: A PÓS-ABOLIÇÃO: INTEGRAÇÃO TRABALHISTA E SOCIAL

A lei Áurea extinguiu a escravidão em território nacional, concedendo a todo e qualquer indivíduo que esteja submetido ao regime de trabalho escravo, a liberdade. A partir de então a todos foi instruído o direito de ir e vir, o negro escravizado não teria mais que se submeter a trabalhos forçados e a coação física.

Liberdade e ir e vir, liberdade para dispor de sua própria vida, liberdade para negociar a sua própria força de trabalho, liberdade de se afirmar no âmbito social não como a propriedade de outrem, mas como alguém que detém uma razoável parcela de autonomia sobre o seu próprio destino-liberdade, enfim, de tecer ou conservar a sua trama de pertencimentos com algum nível de escolhas possíveis. A ideia de liberdade, compreendida como um complexo de irredutíveis direitos e poderes do indivíduo sobre si mesmo, pode naturalmente ser contraposta a certo número de tipos de escravidão e de servidão.⁵²

Privados da liberdade e da própria condição humana por séculos, os escravizados de certo almejavam uma inserção social minimamente digna, realidade puramente imaginária, distinta do qual foram subordinados. O recém-liberto passou a ser cativo de sua própria condição social, os negros outrora importantíssimos recursos de uma economia, dos quais muitos de seus senhores se recusavam a renunciar a posse, encontraram-se impedidos de participar da vida social junto os demais.

Após as comemorações da conquista da liberdade, os negros encontram-se efetivamente à margem da sociedade. Os recém-libertos encontram muita dificuldade para se reinserir na sociedade, como homens livres. No primeiro momento tiveram especial dificuldade em se inserir na nova ordem relação capital – trabalho. Conseqüentemente, aumentou-se o número de indivíduos desocupados, trabalhadores temporários, mendigos e crianças abandonadas nas ruas. Ou seja, a população de libertos a teve a sua inserção na “nova sociedade” marca pela marginalização e pela exclusão social.

2.1 Integração Trabalhista

Não houve preocupação em integrar os libertos às novas regras de uma sociedade sem escravidão, os interesses políticos voltaram-se para as indenizações dos

⁵² BARROS, José D’Assunção. A construção social da cor: Diferença e desigualdade na formação da sociedade brasileira. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009, p. 30.

fazendeiros, que reivindicavam⁵³ aproximadamente 20 milhões de libras por cerca 725 mil escravos libertos pela Lei Áurea.

Historiadores afirmam que grande parte dessa realidade se deve a adesão da força de trabalho imigrante, que era mais vantajoso, haja vista os incentivos fiscais dados pelo governo imperial. Lara⁵⁴ discorda desta afirmativa, de acordo com ela a mão-de-obra advinda da Europa desde 1871 e intensificada a partir de 1880 não foi tão representativa, mesmo nas regiões que mais receberam imigrantes. Isto mostra que a mão de obra europeia não foi a principal responsável pela marginalização dos libertos.

Nas regiões menos desenvolvidas do país, Norte e Nordeste, a integração da mão de obra liberta, foi facilitada pela fragilidade econômica que assumiram no final do século XIX. A economia rural dessas regiões desencadeou dois processos correlacionados, dentre eles a consolidação das posições dos negros e mulatos como agentes de mão de obra livre.⁵⁵

Noções diferentes de liberdade e de trabalho livre estiveram em luta no final do século XIX e início do século XX. Os ex-escravos procuraram distanciar-se do passado de escravidão rechaçando papéis inerentes à antiga condição. Em diversos engenhos do nordeste eles se negaram a receber a ração diária e a trabalhar sem remuneração. Inegavelmente, os dias que se seguiram à abolição foram momentos de tensão, pois estavam em disputa as possibilidades e limites da condição de liberdade.⁵⁶

As ações de negros e libertos ao longo dos séculos revelaram algumas desses diferentes significados de liberdade.⁵⁷ Para o recém-liberto a liberdade significou autotutela, o direito de construir uma família sem receio de ser aprisionado ou ser afastado de um membro da família por causa do comércio escravocrata, e ter condições de acesso a terras para sua subsistência.

Para os ex-escravos e para as demais camadas da população negra, a abolição não representou apenas o fim do cativeiro. Para eles a abolição deveria ter como consequência também o acesso à terra, à educação e aos mesmos direitos de cidadania que gozava a população

⁵³ DRESCHER, Seymour. Abolição: uma história da escravidão e do antiescravismo. São Paulo: Editora Unesp, 2011, p. 528.

⁵⁴ LARA, Silvia Hunold. Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil. Proj. História, São Paulo, 1998, p. 35.

⁵⁵ FERNANDES, Florestan. O negro no mundo dos brancos. 2ª Ed. São Paulo: Global Editora, 1972, p. 85.

⁵⁶ ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. FRAGA FILHO, Walter. Uma história do negro no Brasil. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006, p. 196.

⁵⁷ LARA, Silvia Hunold. *Ibidem*, p.28.

branca.⁵⁸

O autorreconhecimento de homem livre era necessário para a autoafirmação do ex-escravizado, e a efetiva liberdade só se daria a partir do tratamento igual, e a recusa de exercer qualquer atividade sem remuneração fazia parte desse processo. Decidir permanecer ou não nas antigas “moradias” significava se submeter praticamente às mesmas condições de trabalho do regime anterior.

Contextos diferentes resultaram em posições distintas, muitos ex-escravos, permaneceram nas localidades em que haviam nascido exercendo as mesmas atividades, estima-se que mais de 60 por cento deles viviam nas fazendas cafeeiras e canavieiras do Centro-Sul do Brasil.⁵⁹

Negociar a força de trabalho pareceu viável ao ex-escravizado, grupos de libertos do sudeste recorreram aos párocos locais e mesmo a agentes policiais para apresentar suas condições de permanência aos antigos senhores, mas os ex-senhores não se mostraram dispostos a negociar com os libertos.

Outros, dispostos a conseguir manter a subsistências, sob circunstâncias distintas as anteriores, ocuparam terras desabitadas de antigos engenhos e iniciaram o cultivo de mandioca e a criação de animais, os recém-libertos desejavam ter acesso a terra e de não serem mais tratados como cativos.

Não obstante, os libertos na região nordeste reivindicavam a diminuição das horas de trabalho e dos dias que deveriam dedicar à lavoura de cana. Exigiam o direito de continuar a ocupar as antigas roças e dispor livremente do produto de suas plantações. O que resultou na permanência deles na terra, ocupando a função de vaqueiro, trabalhando no sistema de quarta, morador ou agregado nas fazendas agropecuárias.

3.2 Integração Social

A reinstauração da liberdade não garantiu à integração social do negro a estrutura econômica e política do país, apesar de lhe ser concedido novamente à condição de ser humano, e de dispor da sua liberdade, o negro foi excluído socialmente. Os conflitos

⁵⁸ ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. FRAGA FILHO, Walter. Uma história do negro no Brasil. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006, p. 198.

⁵⁹ ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. FRAGA FILHO, Walter. Ididem, p. 198.

que ocuparam a polícia durante e depois do dia 13 de maio denunciavam que, nem de longe, a Lei Áurea encerrava a tensão “racial” que a escravidão produzira.⁶⁰

Não houve uma preparação, nem por parte do governo Imperial, nem por parte da sociedade para receber esta nova realidade sociológica. Não se desenvolveu uma política que possibilitasse a inserção destas pessoas na sociedade brasileira e na própria constituição da nação, fazendo com que se constituísse um elemento externo aquela realidade social.

Nas grandes cidades da região Sul e Sudeste, a falta de políticas imperiais voltadas para os ex-cativos, dificultou muito mais a convivência pacífica entre as duas camadas sociais.

Na corte carioca, cultivou-se a ideia de que existiam duas cidades, uma em que havia ordem e civilidade e uma outra, impura, viciada e perigosa, nessa última viviam os negros alforriados, que deveriam ser afastados. Os negros eram vistos como baderneiros, vagabundos e bandidos, os recém-libertos não eram considerados cidadãos, e sim um estorvo na vida social, qualquer agrupamento de negros em qualquer lugar da cidade deveria ser dispersado.

Cenário semelhante era montado em São Paulo, os negros eram vistos como desordeiros e delinquentes. Do período que vai da Abolição (1888) ao fim da primeira república (revolução de 1930), o “negro” enfrentou em São Paulo as piores vicissitudes que se poderiam imaginar.⁶¹

O alívio da abolição, logo se transformou em um problema social, os negros recém-libertos acabaram se aglomerando nos casarões dos grandes centros urbanos, mais tarde expulsos para morros e periferias, formando as favelas, caso do Rio de Janeiro em 1902.

Nos anos que se seguiram, o negro permaneceu buscando sua afirmação como homem livre portador dos mesmos direitos civis que os demais. O leque de dificuldades que foram impostas ao negro, não só no mundo do trabalho, mas nos aspectos educacionais, de moradia, de segurança e assistência social no Brasil desencadearam um

⁶⁰ ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. FRAGA FILHO, Walter. Uma história do negro no Brasil. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006, p. 203.

⁶¹ FERNANDES, Florestan. O negro no mundo dos brancos. 2º Ed. São Paulo: Global Editora, 1972, p. 140.

processo de exclusão, empurrando a população negra outra vez para uma posição subalterna.

Barros⁶² em sua obra *A construção Social da Cor: Diferenças e desigualdades da sociedade brasileira*, afirma que as relações entre desigualdade e diferença, constituem de fato um capítulo bastante complexo na história das sociedades humanas, examinando tal conjuntura intrinsecamente social com as diferenças de cor no âmbito do escravismo colonial do período moderno. Para o autor a construção da desigualdade através da escravidão e, na sequência, transformação desta desigualdade em diferença entre negros escravos e brancos livres, não foi desconstruída com o abolicionismo. As percepções de diferenciação “racial” entre negros e brancos continuou a fazer parte das percepções sociais.⁶³

Albuquerque & Fraga Filho⁶⁴, atribuem isto a percepção dos ex-senhores, que julgaram que as mudanças sociais ameaçavam sua autoridade. Depois da abolição, ficava evidente que gente de prestígio e dinheiro não estava disposta a abrir mão de sua posição sócio-racial, os partidários dessa visão tinham a seu favor um grande argumento, as teorias raciais.

[...] foram basicamente quatro os argumentos da “ciência racial” que tiveram grande aceitação na sociedade brasileira daquele tempo: o primeiro, que havia raças diferentes entre os homens; segundo, que a “raça branca” era superior à “raça negra”, ou seja, os brancos eram biologicamente mais inclinados à civilização do que os negros; terceiro, que havia relação entre raça, características físicas, valores e comportamentos; e, ainda, que as raças estavam em constante evolução, portanto era possível que uma sociedade pudesse ir de um estágio menos desenvolvido para outro mais adiantado, sob certas condições.⁶⁵

O controle exercido sob o ex-escravizado é mantido com todas as implicações sociais decorrentes desse processo e relação de trabalho. A abolição da maneira que foi concebida, sem uma preparação ou planejamento de uma política pública social e trabalhista, permitiu que o dominador passasse de uma coerção física e moral do trabalhador, para uma coerção predominantemente ideológica e social. A conjuntura que

⁶² BARROS, José D’Assunção. *A construção social da cor: Diferença e desigualdade na formação da sociedade brasileira*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009, p. 29.

⁶³ BARROS, José D’Assunção. *Ibidem*, p. 51.

⁶⁴ ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. FRAGA FILHO, Walter. *Uma história do negro no Brasil*. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006, p. 204.

⁶⁵ ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. FRAGA FILHO, Walter. *Ibidem*, p. 205.

se instalou e se estendeu ao longo do tempo, resultou em um ostracismo social e racional, desenhando uma realidade que se verifica ainda hoje.

2.3 Pós-Abolição em Redenção: Integração social e trabalhista

[...] a nova Comarca tem a honra de comunicar á VEx. ^{Cia} este acontecimento que soleniza com a comunicação e haverem sido libertos todos os escravos do município á esforços particulares.⁶⁶

A história escrita da cidade de Redenção se restringe ao fim da escravatura, não há registro de documentos ou informação escrita a respeito da reintegração social dos alforriados, sujeitos que sem duvida, foram efetivamente formadores da sociedade redencionista. As características físicas e culturais afro-brasileiras são perceptíveis, cor da pele, costumes, forma de subsistência, e religião, sendo esta última realizada de forma velada.

Não se autorreconhecer como afrodescendente, não entender a própria origem, ser ator de um processo e não ter referências que expliquem a realidade local, são condições vivenciadas pela comunidade de Redenção. De modo geral, os redencionistas não apenas não se reconhecem afrodescendentes, como também negam o negro escravizado como integrante de sua genealogia.

Uma característica intrigante a uma sociedade que se orgulha de ser a pioneira na efetivação da abolição territorial no país. Santos & Cunha Junho⁶⁷ esclarecem que a dificuldade sobre a abordagem das culturas de base africana no Estado do Ceará é vista como um problema ideológico, inserido nas relações sociais entre população subalterna sinalizada como afrodescendente e população dominante referida como eurodescendente.

Esta é apenas uma das explicações para a supressão dos registros históricos escritos dos negros emancipados e da perpetuação de sua prole, uma outra credita isto ao fato de poucas sociedades direcionarem sua atenção ao escravo emancipado, na maioria delas os descendentes desejam fugir ao estigma desse passado.

⁶⁶ Câmara Municipal da Villa de Acarape. Correspondência expedida ao Presidente da Província em 23 de janeiro de 1883. Fortaleza: APEC – Arquivo Público do Estado do Ceará.

⁶⁷ SANTOS, Marlene Pereira dos. CUNHA JUNIOR, Henrique. População negra no Ceará e sua cultura. Revista África e Africanos – ano 3- Nº 11, 2010, p. 1.

Martins acredita que para elucidar a trajetória dos emancipados no estado deve-se tomar conhecimento do mundo do trabalho, da família, da comunidade, da vivência das pessoas para explicar por que de uma memória e não de outra.

Diferente do conhecimento histórico sobre a escravidão e no Ceará notadamente sobre a abolição, o momento subsequente permanece envolto em interrogações. No pós-abolição o ex-escravo “some” da história do Ceará. Para onde foram? O que fizeram da liberdade? Como atuaram politicamente no novo regime político? Poucas são as respostas.⁶⁸

Redenção no interior do estado submeteu-se ao mesmo processo, são poucos os registros escritos, mesmo estes se limitam ao período da entrega da alforria dos escravizados, onde é possível identificar contradições.

As informações retidas ao longo do tempo são histórias orais de terceiros, estudiosos que em determinado momento tiveram acesso a conhecimentos estranhos a outrem.

2.3.1 Os emancipados em Redenção (Villa de Acarape)

Os documentos civis (registro de nascimento, casamento, óbito), e religiosos (batismos e casamentos), são pouco esclarecedores. No transcorrer da pesquisa obteve-se acesso a dois nomes de descendentes direto dos alforriados no município, cujo contato já não é mais possível por óbito, e sua família abstém-se de fornecer informações a cerca do tema abordado neste estudo.

A família de Maria Alice Bibiana da Silva falecida aos 92 anos, ainda mora em Redenção, todavia não forneceu informações referentes à sua ascendência. Terceiros afirmam que Maria Alice, assim como sua mãe Itelvina Pereira da Silva trabalhavam no sítio Gurguri em Redenção, mas não se relata histórias do momento seguinte à alforria de sua estirpe.

Carlos Patusino, outro nome citado nas entrevistas como descendente dos alforriados no século passado, também já é falecido e não foi possível obter mais informações.

As informações levantadas mostraram que dificuldade de acesso a dados sobre a

⁶⁸ MARTINS, Paulo Henrique de Souza. *Escravidão, Abolição e Pós-Abolição no Ceará: sobre histórias, memórias e narrativas dos escravos e seus descendentes no Sertão cearense*. 2012. 128 f. Tese em História-Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História. Universidade Federal Fluminense, RJ. 2012, p. 51.

integração social e trabalhista dos alforriados, assim como a identificação de sua descendência se deve a dois aspectos principais, a exclusão social e o êxodo dos alforriados.

A inexistência de uma política que assistisse a essa nova camada populacional gerou um cenário de exclusão social em todo o território nacional. A Villa de Acarape libertou seus cativos cinco anos antes da Lei Áurea, como já se esperava a governança local não voltou sua atenção para a acomodação da nova realidade trabalhista e social dos recém-libertos.

Após a abolição dos escravos, como aqui no Brasil não havia nenhuma política escravocrata para aquele povo que quando fosse alforriado pudesse trabalhar livremente, de forma digna esse povo procurou primeiramente os seus familiares, porque muita gente veio escravizado da ilha e Gore, e quando chegavam aqui eram separados das famílias.⁶⁹

A falta de acolhimento dos alforriados por parte da sociedade livre e branca, e a consequente afastamento da vida social e trabalhista, levou certos libertos a permanecer na casa do senhor, prestando serviços na condição de servo do seu senhor.

Algumas pessoas davam a carta de alforria, ao que era escravizado, mas na condição dele permanecer ali trabalhando pra ele sem receber dinheiro como servo. No momento maior no ápice do processo abolicionista ainda tinha aqueles que desejavam fazer isso, então eles tinham que continuar trabalhando da mesma forma, só pelo local onde ficar e pela comida. Continuava trabalhando igual a quando ainda era escravo, a única diferença é que ele não ia mais levar chibatada no físico, mas com certeza no psicológico. (...) ele era obrigado a ficar ali até o fim a vida aquele que o alforriou.⁷⁰

Neste caso a alforria se configurou como uma liberdade “limitada”, na qual os libertos eram submetidos às condições anteriores. Não poderiam gozar efetivamente do direito de ir e vir, e tinham que prestar serviços ao seu senhor por determinado período de tempo. Abrindo mão da possibilidade de que aqueles que permaneceram como servos, não tenham partido em um momento posterior, acredita-se que estes constituíram famílias, criando uma geração de miscigenados.

O êxodo dos alforriados ocorreu de duas maneiras, um grupo, possivelmente temeroso de ter em algum momento sua liberdade revogada, ou que se recusavam a permanecer sob as mesmas condições exploratórias de escravo, saiu da Villa de Acarape

⁶⁹ Relato obtido a partir de entrevistas com redencionistas, entre maio e junho de 2014.

⁷⁰ Relato obtido a partir de entrevistas com redencionistas, entre maio e junho de 2014.

em busca de um local seguro como um quilombo. Um segundo grupo iniciou um processo de migração para outras partes do país, com o intuito de encontrar a família que se encontrava noutras província.

Embora, enquanto escravizados, eles estivessem se submetidos a todo tipo de violação, eles tinham um local para se abrigarem, ao receberem a liberdade, os ex-escravizados não dispunham de muitas alternativas, então presume-se que tenham se dirigido aos quilombos junto com seus pares.

Alguns deles iam para os quilombos, por que eles sabiam que lá estavam protegidos, nos quilombos funcionava de uma forma mais democrática, onde todos eram iguais trabalhavam na agricultura, artesanato, procurando a sobrevivência, então eles iam procurar primeiramente os quilombos e em seguida iam procurar suas famílias. Eles ficaram geralmente pertencendo a um quilombo desses, por que a população branca não confiava nos negros assim para trabalhar, então se eles chegassem perto de um senhor de engenho ou de outro.... (...) Então para segurança maior eles procuravam primeiro os quilombos, onde lá eles teriam a proteção dos demais, caso alguém aparecesse pra querer brigar com eles teriam mais força, por que um grupo é mais forte de que uma pessoa só, então era isso que acontecia.⁷¹

Os quilombos se configuraram como um lugar onde os libertos poderiam abrigar-se e exercer atividades que assegurassem sua sobrevivência e segurança. Um desses quilombos, o qual é reconhecido e registrado é Quilombo da Serra o Evaristo, localizado no município de Baturité. Há a hipótese não confirmada de que não só pela conveniência da proximidade, mas também pela estabilidade, uma parte dos alforriados redencionistas tenham se dirigido ao citado quilombo.

Aqui no maciço de Baturité existe uma comunidade quilombola, na Serra do Evaristo, aqui na região o mais próximo. (...) A gente acredita que lá era um dos locais que eles procuram se organizar, fora os outros que foram em busca dos seus que primeiro eles iam procurar saber onde eles iam, eles iam nos portos aonde aquelas pessoas tinham ido, aí eles iam procurar mesmo para ver se tinham encontro com seus filhos.⁷²

As informações indicam que a maioria dos alforriados do município, saíram da província cearense, a procura de membros de sua família, espalhando-se por todo país. Considerando que no final do século XIX tráfico interprovincial foi intensificado,

⁷¹ Relato obtido a partir de entrevistas com redencionistas, entre maio e junho de 2014.

⁷² Relato obtido a partir de entrevistas com redencionistas, entre maio e junho de 2014.

certamente membros da mesma família nascidos em solo brasileiro podem ter sido vendidos para províncias distintas.

Então de acordo com a minha pesquisa, a maioria os alforriados se espalharam pelo estado, procurando o restante de seus familiares, pra ver se conseguiam um reencontro, por que após serem separados ninguém mais sabia onde seus parentes iam parar. Então, a maioria foram procurar o seu povo, pouquíssimos permaneceram na cidade de Redenção.⁷³

Outro fator que contribuiu para o êxodo está ligado a maneira como os escravizados foram trazidos a região. Os escravos comprados pelos proprietários da Villa de Acarape eram advindos de outras regiões e províncias, onde seus serviços já não eram aproveitáveis.

Os escravos que viam para cá não era aquele escravo que viam direto da África do porto e viam para era mais escravo de segunda mão por exemplo estava em outro estado não servia mais para aquele trabalho e ai mandavam para fortaleza para ser negociado e viam para os interiores e quando eles viam para cá deixavam outros familiares em outros estados quando eles foram alforriados aqui eles buscaram ficar perto desses familiares.⁷⁴

Acredita-se que ao receberem suas cartas de alforria, os libertos deslocaram-se para os centros urbanos, pela facilidade de acesso ao transporte interprovincial e a informação a respeito de sua família.

Não se afasta a hipótese de que os ex-escravizados tenham migrado para territórios mais afastados do centro da cidade, e assim tenham formado lugarejos, conhecidos hoje como localidades, mas não foi possível levantar dados que comprovem a hipótese.

Quanto ao aproveitamento da mão de obra livre sabe-se que os que permaneceram como servos nos casarões dos senhores exerciam trabalhos domésticos, praticavam agricultura de subsistência, e lidavam com pequenas criações.

⁷³ Relato obtido a partir de entrevistas com redencionistas, entre maio e junho de 2014.

⁷⁴ Relato obtido a partir de entrevistas com redencionistas, entre maio e junho de 2014.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Poucas são as informações passíveis de ser levantadas no que concerne o episódio seguinte à alforria dos cativos de Redenção, fator compreensível, considerando que no final do século XIX e início do século XX, o município era constituído de uma população pobre e de maioria analfabeta, em que a subsistência era a prioridade primária.

Os demais aspectos históricos e sociais não se constituíam fatores relevantes a vivência prática, mesmo aqueles que detinham recursos que financeiros e intelectuais que permitissem se debruçar sobre a temática, não mostraram interesse.

A vida dos cativos e posteriormente libertos não era passiva de mérito, a julgar pela forma sub-humana a qual foram submetidos. A história ocupou-se com os acontecimentos mais notáveis ou que vinham de encontro com os interesses daqueles que detinham o poder, a história por muito tempo permaneceu elitizada.

Com o passar do tempo, no caso específico de Redenção 131 anos, os registros escritos e orais foram se perdendo, pessoas foram esquecendo o passado que atendiam não ser motivo de orgulho. Somente no final do século passado é que as atenções voltaram-se para a história do pioneirismo emancipatório de Redenção, tratando apenas do período que compreende os primeiros movimentos abolicionistas até o dia 1º de janeiro de 1883.

Por algum motivo na cidade não se fala na pós-abolição, talvez por falta de informações, poucos se questionam a respeito da árvore genealógica, da identidade étnica da sociedade redencionista, preserva-se a ideia de que os alforriados, em determinado momento, seja imediatamente a alforria ou posteriormente tenha partido. E os que na terra permaneceram foi um quantitativo tão pequeno que não possibilitou a perpetuação do negro na cidade.

Uma parcela significativa da população redencionista é resoluta ao afirmar que em Redenção não há mais negros. A herança negra é negada, embora as características físicas e culturais afro-brasileiras sejam perceptíveis, cor da pele, costumes, forma de subsistência, e religião, sendo esta última realizada de forma velada.

Os que foram identificados como descendentes diretos, omitem-se, herança de um tempo em que o negro, retirado de sua terra contra sua vontade, foi tratado com ser inferior ao homem, e que se perpetuou depois de restituída a liberdade.

Do mesmo modo que grande parte do país os negros libertos de Redenção permaneceram em posição subalterna, vivendo uma realidade distinta dos pares, mesmo dispondo de condições mínimas de sobrevivências como a maioria da população, ou seja, sem educação apropriada, moradias insalubres e trabalho voltado para a agricultura de subsistência.

A maior dificuldade encontrada se refere à organização das informações a respeito da cidade, as contradições estiveram insistentes durante o processo, impedindo que se efetivasse um estudo que retratasse um cenário mais próximo da realidade histórica.

Quando os autores da própria história não se reconhecem integrantes do processo, os estudos ficam limitados a aspectos superficiais. Não se permite um mergulho a fundo em mais de um século de desdobramentos, relações e vivências que ajudariam a elucidar a sucessão de fatos que levaram ao estado atual das coisas no município de Redenção.

REFERENCIAS

AFFONSO, Almino. A Abolição antes da Lei Áurea. Disponível em: <http://www.nacaofortaleza.com/bra/cabeza_03.htm> Acesso em: 20 de Set. de 2013.

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. FRAGA FILHO, Walter. Uma história do negro no Brasil. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

BARROS, José D'Assunção. A construção social da cor: Diferença e desigualdade na formação da sociedade brasileira. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

Brasil. Lei Nº 2040 de 28.09.1871 - Lei do Ventre Livre. Disponível em: <<http://www.jurisway.org.br/v2/bancolegis1.asp?idmodelo=1935>> Acesso em: 18 de Mar. de 2014.

Villa de Acarape. Câmara Municipal da Villa de Acarape. Correspondência expedida ao Presidente da Província em 1874. Fortaleza: APEC – Arquivo Público do Estado do Ceará.

Villa de Acarape. Câmara Municipal da Villa de Acarape. Correspondência expedida ao Presidente da Província em 23 de janeiro de 1883. Fortaleza: APEC – Arquivo Público do Estado do Ceará.

CAXILÉ, Carlos Rafael Vieira. Abolição na Província do Ceará: a sociedade cearense libertadora e seus ideais. 2006, p. 31. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/>> Acesso em: 09 de Abr. de 2014.

CHALHOUB, Sidney. A força da escravidão: ilegalidade e costumes no Brasil oitocentista. 1º Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

CONRAD, Robert. Os últimos anos da escravatura no Brasil (1850-1888). 2º Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

COSTA, Andréia Oliveira. A Sorte dos Negreiros: O Romance Folhetim na Campanha Abolicionista do Jornal Libertador. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/6o-encontro-2008-1/A%20Sorte%20dos%20Negreiros.pdf>> Acesso em: 13 de Mar. de 2014.

COSTA, Emília Viotti da. A abolição. 8ª edição revista e ampliada. São Paulo: UNESP. 2008.

DAVIS, Darién J. Afro-Brasileiros hoje. São Paulo: Selo Negro, 2000.

DRESCHER, Seymour. Abolição: uma história da escravidão e do antiescravismo. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

FERNANDES, Florestan. O negro no mundo dos brancos. 2º Ed. São Paulo: Global Editora, 1972.

FERREIRA, Lusirene Celestino França. Nas asas da imprensa: A Repercussão da Abolição da escravatura na província do Ceará nos periódicos do Rio De Janeiro (1884-1885), Dissertação de Mestrado submetida Programa de Pós-Graduação em História, do Departamento de Ciências Sociais, da Universidade Federal de São João del-Rei, como parte dos requisitos necessários à obtenção de grau de Mestre em História. 2010.

FUNES, Eurípedes Antônio. Negros no Ceará. In SOUZA, Simone de. Org. Uma nova História do Ceará. Edições Demócrito Rocha, Fortaleza. 2000.

GIRÃO, Raimundo. A Abolição no Ceará. 2ª Ed. Secretaria do Estado, 1984.

GRAHAM, Richard. Nos Tumbeiros Mais Uma Vez? O Comércio Interprovincial de Escravos no Brasil. Revista Afro-Ásia, Nº 27, 2002.

IBGE Histórico de Redenção Ceará – CE. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?codmun=231160>> Acesso em: 01 de jul, de 2014.

IBGE. Cidades. Histórico: Redenção-CE. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=231160&search=ceara|redencaoinfograficos:-historico>>. Acesso em: 10 de Set. de 2013.

IPEA. O destino dos negros após a Abolição. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2673:catid=28&Itemid=23> Acesso em: 29 de Out. de 2013.

LARA, Silvia Hunold. Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil. Proj. História, São Paulo, 1998.

LIBERTADOR. Discurso: Abaixo a escravidão. Fortaleza, 15 de janeiro de 1881, p. 1, c.2.

MARTINS, Paulo Henrique de Souza. Escravidão, Abolição e Pós-Abolição no Ceará: sobre histórias, memórias e narrativas dos escravos e seus descendentes no Sertão cearense. 2012. 128 f. Tese em História-Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História. Universidade Federal Fluminense, RJ. 2012.

Museu Histórico Memorial da Liberdade. Redenção vive outro momento de liberdade com a Unilab. Disponível em: <http://museumemorialdaliberdade.blogspot.com.br/2011_03_01_archive.html> Acesso em: 10 de jul, de 2014.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. Identidade étnica, identificação e manipulação. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/fchf/article/view/912/1116>> Acesso em: 15 de Set. de 2013.

PAIVA, Renata. *et al.* História e Geografia Ceará. 1º Ed. São Paulo: Ática, 2009.

RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro: A formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das letras, 2006.

SANT'ANNA, Márcia. Escravidão no Brasil: os terreiros de candomblé e a resistência cultural dos povos negros. p. 02, 2003. Disponível: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=419> Acesso em: 03 de Mar de 2014.

SANTOS, Marlene Pereira dos. CUNHA JUNIOR, Henrique. População negra no Ceará e sua cultura. Revista África e Africanos – ano 3- Nº 11, 2010.

SILVA, Pedro Alberto de Oliveira. Historia da Escravidão no Ceará: Das origens á extinção. 2º Ed. Fortaleza: Instituto do Ceará, 2011.